

Universidades

www.jornaleconomico.pt

Boletim de informação académica



Foto Cédida

INVESTIGAÇÃO

Arqueologia da UAlg atinge nível de excelência e demarca-se no financiamento europeu

Nuno Bicho, alma mater do ICArEHB, revela-nos a estratégia que está por trás dos resultados que fazem deste centro um foco de atratividade e podem inspirar outras instituições nacionais.

ALMERINDA ROMEIRA
aromeira@jornaleconomico.pt

A proeza é inédita e pertence ao Centro Interdisciplinar de Arqueologia e Evolução do Comportamento Humano da Universidade do Algarve (ICArEHB). Três dos seus investigadores submeteram projetos a financiamento do Conselho Europeu de Investigação (ERC) e todos foram aprovados. Resultado? A UAlg recebe bolsas de investigação em todas as categorias: Starting Grant, Consolidator Grant e Advanced Grant. Melhor era impossível.

Vera Aldeias foi a primeira a celebrar e fê-lo duplamente. Deu à Universidade do Algarve a sua primeira bolsa ERC e brindou Portugal com a primeira bolsa desta natureza na área da Arqueologia. Os cerca de 2 milhões de euros da bolsa vão mergulhá-la nas dinâmicas que levaram à transição do homem

de Neandertal para o Homo Sapiens, no continente europeu. A seguir festejou, João Cascalheira. O envelope de 1,9 milhões vai permitir-lhe estudar o desaparecimento dos Neandertais na Península Ibérica. Nuno Bicho selou a celebração com 2,5 milhões, que servirão para investigar a dinâmica das primeiras migrações do Homo Sapiens a partir de África.

“Este resultado — explica Nuno Bicho ao JE Universidades — deve-se, sem dúvida, à capacidade dos investigadores que prepararam as propostas e que têm o trabalho feito, mas é o resultado da estratégia do ICArEHB e da sua equipa ao longos dos anos”.

A estratégia começou a ser construída há cerca de dez anos e na sua base está o investigador, hoje professor catedrático e vice-reitor da UAlg, que nos anos noventa bebeu conhecimento e experiência internacional com uma bolsa da Junta Nacional de Investigação Científica

e Tecnológica (JNICT). Nuno Bicho conta-nos que o arranque foi feito “com alguma dificuldade”, e com uma dezena de pessoas, o mínimo exigido pela Fundação para a Ciência e Tecnologia a cujo financiamento concorreram. “A estratégia era muito específica, muito apostada nos jovens investigadores, na internacionalização e na publicação de grande impacto”, explica-nos. O repto dirigido aos jovens que tinham deixado Portu-

A estratégia do ICArEHB passa pela aposta em jovens investigadores, regresso de talento que brilhava lá fora, internacionalização e publicação de grande impacto

gal e brilhavam lá fora teve eco. Vera Aldeias e Susana Carvalho, por exemplo, disseram adeus à Alemanha e à Inglaterra e juntaram-se à equipa da Universidade do Algarve. O projeto afirmou-se. Em 2018 voltou a obter financiamento da FCT e continuou a crescer. O passo seguinte da estratégia seria: ganhar independência através da captação de financiamento europeu. O resultado está à vista.

O ICArEHB é um centro arqueológico com grande perspectiva antropológica social, um factor diferenciador face à matriz tradicional da arqueologia. Conta com uma vintena de investigadores residentes, número que vai crescer significativamente em consequência deste facto inédito.

A atratividade desta unidade da Universidade do Algarve, especialista em projetos para bolsas milionárias, chega agora também aos centros de investigação. Os bons exemplos são para ser copiados. ■

OPINIÃO

Nuno Cerca, investigador, identifica os dois pecados capitais no recrutamento de cientistas ■ P3

ORÇAMENTO

OE2022 não ataca principais problemas no ensino superior e ciência

Reitores, investigadores e SNESUP têm perspetivas diferentes, mas convergem no essencial: o OE não enfrenta o subfinanciamento nem resolve o emprego científico. ■ P2

ENTREVISTA

Europeia vai investir 85 milhões para ser “Universidade multidisciplinar”



Miguel Carmelo
CEO do Europa Education Group

O plano de expansão da Universidade Europeia prevê a construção de um novo campus, a aposta nas Ciências da Saúde, o aumento da oferta e do online. ■ P4

INVESTIGAÇÃO

Politécnico da Guarda no mapa da inovação em logística ■ P6

REITOR

António de Sousa Pereira reeleito para segundo mandato na U.Porto ■ P7

OPINIÃO

Aposta no desenvolvimento das pessoas e da região



Ângela Lemos
Presidente do Instituto Politécnico de Setúbal

A 27 de abril tomei posse como presidente do Instituto Politécnico de Setúbal (IPS) firmando solenemente o compromisso de, ao longo do mandato 2022-2026, consolidar o presente para construir um futuro sustentável. Este compromisso tem como pressuposto a valorização da construção do conhecimento como pilar essencial do desenvolvimento da sociedade.

O IPS, enquanto instituição de formação, ciência, tecnologia e inovação, assume assim um papel central no desenvolvimento sustentável da região e na promoção de uma maior coesão social, intervindo a nível económico, social e cultural através de um modelo de gestão ancorado na valorização das pessoas, na qualidade do processo de ensino e aprendizagem, na investigação, na transferência de conhecimento e tecnologia, na promoção da inovação e do empreendedorismo e no estabelecimento de parcerias.

Assumo, portanto, como crucial a criação de sinergias entre o desenvolvimento organizacional e institucional e o desenvolvimento regional, apostando claramente em políticas humanistas e inclusivas que valorizam as pessoas e o conhecimento, colocando a educação superior pública e a ciência ao serviço da sociedade e do território, numa relação de proximidade com os nossos parceiros.

A criação de ambientes de trabalho produtivos, eficientes e eficazes está dependente de um clima organizacional que permita a realização pessoal de cada um, aliada ao desenvolvimento profissional de cada um. Será, portanto, necessário cuidar de quem cuida do IPS, apostando na melhoria da qualificação e das condições de trabalho, dotando as pessoas com as competências

necessárias, promovendo programas de bem-estar que permitam valorizar e desenvolver o sentido de pertença à organização e às equipas de trabalho. Apostarei, portanto, na proximidade entre as pessoas e no desenvolvimento de práticas colaborativas que valorizem todos e cada um da nossa comunidade.

Esta forte aposta nas pessoas conduzirá a um IPS mais coeso, mais forte e mais capaz de continuar a criar valor na região, cumprindo um dos desígnios do ensino superior politécnico. Para tal, a investigação, motor da transformação da região e do país, assume-se como mais um dos pilares essenciais no desenvolvimento do IPS e, conseqüentemente, deste mandato.

Aliaremos a investigação à transferência de conhecimento e tecnologia, promovendo a inovação, criando valor acrescentado para a sociedade. Assume particular relevância o desenvolvimento de projetos criativos e sustentáveis que promovam o cumprimento da Agenda 2030, a afirmação da nossa Aliança estratégica no âmbito da iniciativa das Universidades Europeias - Aliança E³UDRES² (Engaged and Entrepreneurial European University as Driver for European Smart and Sustainable Regions), alcançando contributos e mudanças muito significativas no desenvolvimento da região através de práticas de cocriação e de desenvolvimento de Ciência Cidadã, alicerçadas no trabalho em rede entre a academia e a comunidade em áreas chave como economia circular, contribuição humana para inteligência artificial e bem-estar e envelhecimento ativo.

A prossecução destas áreas tem implícita uma forte política de estabelecimento de relações com os diferentes parceiros, contribuindo para o desenvolvimento da região, alargando a nossa intervenção ao território nacional e às parcerias internacionais.

Em suma, a aposta nas pessoas e no desenvolvimento através destas linhas permitirá ao IPS ser um agente de mudança e de transformação da região e do País ao nível da formação e da qualificação, da inovação e do desenvolvimento. ■



ENSINO SUPERIOR E CIÊNCIA

OE2022 não ataca subfinanciamento nem soluciona emprego científico

Reitores, investigadores e SNESUP têm perspetivas diferentes, mas convergem no essencial: o orçamento para a Ciência, e Ensino Superior é tímido e não traz solução para os principais problemas.

ALMERINDA ROMEIRA
aromeira@jornaleconomico.pt

A proposta do Orçamento do Estado para este ano (OE2022), aprovada na generalidade a 29 de abril, pelo Parlamento, não desilude, mas também não apaixona. É o que se esperava. Uma cópia do documento que provocou a queda do Governo da geringonça e que a

nova ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Elvira Fortunato, praticamente herdou.

“A proposta de Orçamento de Estado para 2022 coincide com a comunicada pela tutela em agosto de 2021 e cumpre o previsto no contrato de legislatura, pelo que, nessa perspetiva, corresponde às expectativas”, afirma Amílcar Falcão, reitor da Universidade Coimbra, ao JE Universidades. “Contu-

do — adianta — não altera de forma significativa o sub-financiamento do sistema de ensino superior que persiste há muitos anos, agravado pela quebra de receita própria e aumento de despesa que ocorreu no período de pandemia, e, mais recentemente, também pela inflação galopante que afeta a economia”.

António de Sousa Pereira, reitor da Universidade do Porto, tam-

bém afasta o efeito surpresa. “Sabia-se que a atual proposta não iria diferir muito da anteriormente chumbada e que, por força da conjuntura (inflação, preços da energia e matérias-primas, disrupção nas cadeias de abastecimento, instabilidade geopolítica, limitações ao comércio internacional, ressaca da pandemia, etc.), o novo orçamento seria cauteloso, pouco expansionista e rigoroso nas contas públicas”. A proposta está em linha com o padrão dos últimos orçamentos, sintetiza. O reitor lembra que o OE 2022 prevê cerca de três mil milhões de euros (700 milhões provêm do PRR) para a Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o que representa um crescimento de 18,7% face ao executado em 2021.

António de Sousa Pereira saúda “a intenção de aumentar gradualmente o número de bolsas até ao final da legislatura, de reforçar os apoios ao alojamento para estudantes deslocados e de expandir a oferta de camas a custos acessíveis”.

Estes são, de resto, os aspectos mais positivos de uma proposta “pouco ambiciosa” para o sector, “numa altura em que Portugal precisa de adotar um modelo de desenvolvimento mais inteligente, inovador, inclusivo e sustentável”. Na perspetiva do reitor da Universidade do Porto, “há que investir mais e criar melhores condições para a difusão, produção e transferência de conhecimento tecnocientífico”. Isso implica, adianta, “um reforço de verbas para as instituições de ensino e ciência, a promoção e valorização do emprego científico, a desburocratização das atividades de I&D+i e a criação de sinergias academia-empresas”.

Subfinanciamento

A proposta do XXIII Governo relativa à Lei de Orçamento de Estado para 2022 (LOE 2022) prevê um acréscimo de 135 milhões de euros relativamente ao valor total orçamentado no OE de 2021 no programa Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o que significa um acréscimo de 4%. Este acréscimo compara com o acréscimo total de 138,5 milhões de euros previsto no OE de 2021 que igualmente significava um crescimento de 4% relativamente ao ano anterior.

Para Mariana Gaio Alves, presidente do Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP), estas verbas são pequeníssimas para alterar significativamente o que quer que seja. “Estes acréscimos são insuficientes para reverter o subfinanciamento estatal que se vem verificando há já mais de 10 anos e que suscita a asfíxia orçamental no ensino superior e ciência”. Uma asfíxia que se vê sobretudo, conforme exemplifica, “nas contratações sem remuneração ou a baixo custo, na atribuição ilegal de mais horas de aulas do que as que estão previstas por lei e na ínfima parte de colegas que progride de escalão remuneratório e nas carreiras”.

Alguns problemas agravaram-se desde o início da pandemia. Existindo, segundo refere, notícia sobre “opções de redução dos custos com

peçoal, através da extinção de algumas ofertas curriculares diminuindo o número de horas letivas asseguradas, sobretudo no caso de professores convidados, e através de aumento do número de alunos em cada turma apenas possível pelo recurso a sistemas de videoconferência para a lecionação”.

A realidade sufoca e cerceia o futuro, denuncia Mariana Gaio Alves: “Se é consensual que o país só se desenvolve com mais ensino superior e ciência, esta proposta de OE não inclui medidas que permitam planejar o crescimento das atividades de investigação e de formação de profissionais e cidadãos de forma sustentada”.

“É necessário — adianta o presidente do SNESUP — um plano de ação com o triplo objetivo de: estabilizar vínculos contratuais combatendo a precariedade; permitir que os resultados da avaliação de desempenho sejam uma realidade e os salários atualizados; e reforçar o número de docentes e investigadores integrados nas carreiras, rejuvenescendo estes grupos profissionais”.

Emprego científico

Nuno Cerca, investigador principal com agregação na Universidade do Minho, diretor adjunto do Centro de Engenharia Biológica, secretário do Conselho Geral desta Universidade, e antigo presidente e fundador da Associação Nacional dos Investigadores em Ciência e Tecnologia (ANICT), nem discute as verbas. “Parto sempre do princípio que todos os sectores da sociedade desejam sempre uma maior fatia do OE para si mesmo, e portanto não seria de estranhar que também os cientistas pedissem mais dinheiro para executar a sua missão. Se o reforço foi bom? Não foi”.

Embora considere que, à partida, as referências à “valorização das carreiras científicas e académicas” e ao “estímulo inequívoco à contratação de investigadores doutorados” são um bom sinal, no entanto, não é claro que pretende a tutela atingir esses objetivos. E justifica: “Um dos principais problemas do documento é que parece que apenas estão a considerar como necessidades permanentes os investigadores regularizados ao abrigo do PREVPAP”.

Isto, “é um erro fundamental do OE2022”, alerta o investigador, porque, justifica: “todos aqueles que conhecem o sistema científico e tecnológico nacional sabem perfeitamente que há um número muito mais significativo de investigadores a desempenhar funções permanentes, mas sem o devido vínculo”. (ver artigo ao lado).

Nuno Cerca confessa o receio de que os governantes “não estejam a considerar as necessárias reformas para capacitar as instituições, financeiramente, de forma a que estas possam desempenhar todas as suas funções, e assumir as suas responsabilidades com os seus investigadores”. Na sua perspetiva será possível resolver o problema sem alterar a dotação. Bastará redistribuir a verba disponível de forma diferente. ■

OPINIÃO

Os dois pecados capitais no recrutamento de cientistas



Nuno Cerca

Investigador principal na UMinho, membro fundador da ANICT

O ecossistema científico nacional encontra-se em risco de colapso, devido à bomba-relógio resultante da norma transitória do decreto-lei 57/2016, que foi o resultado final de duas décadas de investimento pouco estruturado, muito dependente das vontades e ciclos políticos, e sem visão a longo prazo. Para esta bomba-relógio, muito contribuiu o abuso institucional do recrutamento de investigadores doutorados sem vínculo laboral, nas últimas 2 décadas. Sobre este assunto, já muito foi dito, mas é importante perceber como esta política de promoção de trabalho sem vínculo de emprego, está a colocar as instituições nacionais em sério risco de colapso funcional e financeiro. Risco funcional, porque se todos os investigadores da norma transitória saírem das instituições, estas verão a sua atividade científica retroceder duas décadas. Risco financeiro, porque as universidades não conseguem sobreviver sem os orçamentos dos projetos de investigação, fruto de um subfinanciamento crónico, via Orçamento de Estado.

O primeiro pecado capital: a norma transitória do DL 57/2016

Quando, finalmente, (e muito bem) o XXI governo institucional decidiu avançar com a necessária profissionalização da ciência, foi proposta uma norma transitória para migrar os então bolseiros para contratos de trabalho. Mas, em vez de se apostar na abertura de concursos competitivos para a entrada na carreira, promoveu-se uma abertura generalizada de concursos pouco competitivos, para contratos a prazo onde, em muitos casos, houve apenas um candidato.

O segundo pecado capital: o apoio institucional tácito a todas as candidaturas por parte de investigadores

Seguramente haverá algumas exceções, mas a grande maioria das instituições de ensino superior e investigação tem seguido a estratégia de apoiar toda e qualquer candidatura proposta pelos investigadores que pretendam trabalhar nas suas instituições. Isto acontece principalmente pois (i) as instituições não têm que se responsabilizar pelo pagamento dos salários destes investigadores e (ii) os concursos têm taxas de sucesso tão reduzidas, com tanta aleatoriedade, que deixa de haver estratégia institucional, e aposta-se na sorte (quantos mais, melhor).

A bomba-relógio...

Hoje temos um quadro normativo e financeiro muito diferente do historial a que se foram habituando as instituições. Os contratos de trabalho a termo têm que ser devidamente justificados e a legislação nacional não permite que uma pessoa se mantenha nas mesmas funções, na mesma instituição, ad aeternum. A consequência da profissionalização dos cientistas é evidente: após um período de 6 anos de contrato a termo, a instituição terá que optar por (i) passar o contrato a definitivo ou (ii) terá que despedir o investigador (apenas sendo possível este voltar a ter novo contrato passados 2 anos do fim do contrato anterior). Esta decisão deveria ser baseada na avaliação de mérito, mas se nada for feito, será baseada na incapacidade de pagar salários. A solução para este problema é muito simples: o Governo tem que capacitar financeiramente as instituições para elas gerirem os seus quadros e, para isso, basta transferir para as instituições de ensino superior e investigação, parte da verba do Orçamento de Estado que está a ser alocada à FCT. Este é um problema que vai ter que ser resolvido nesta legislatura. ■



A promoção de trabalho sem vínculo de emprego está a colocar as instituições em risco de colapso funcional e financeiro



Elvira Fortunato

Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior



Amílcar Falcão

Reitor da Universidade de Coimbra



Mariana Gaio Alves

Presidente do Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP)



António de Sousa Pereira

Reitor da Universidade do Porto

ENTREVISTA | MIGUEL CARMELO | CEO do Europa Education Group

Europeia vai investir 85 milhões para ser “Universidade multidisciplinar”

A Europeia quer crescer de forma significativa em Portugal nos próximos cinco anos. O plano de expansão prevê a construção de um novo campus, a aposta no online e nas Ciências da Saúde, incluindo a criação de uma Faculdade nesta área, e o aumento da oferta formativa.

ALMERINDA ROMEIRA
aromeira@jornaleconomico.pt

Miguel Carmelo, CEO do Europa Education Group, detentor da Universidade Europeia, IADE e IPAM, revela ao JE Universidades que o grupo vai investir 85 milhões de euros, nos próximos cinco anos, em Portugal. O plano de expansão tem como objetivo ganhar massa crítica e crescer, transformando uma instituição especializada e de pequena dimensão numa “universidade multidisciplinar”. A meta é ambiciosa.

Em breves traços como analisa o ensino superior em Portugal?

Portugal, como toda a Europa, tem um sistema de ensino misto: público e privado. Por razões históricas, as universidades públicas são muito, muito boas, estão entre as melhores da Europa. Em contrapartida, as privadas são pequenas, precisam de investimento, modelo académico mais moderno e inovação. Não têm a qualidade das universidades públicas. Em Espanha, não é assim: recebem muito investimento, são grandes e muito boas.

É esse salto que querem dar em Portugal?

A perspetiva do Europa Education Group é que as universidades são melhores se forem projetos multidisciplinares, assentes numa oferta muito diversificada. O nosso plano é fazer evoluir o que temos atualmente em Portugal, passando de uma universidade especializada em algumas áreas, para uma universidade multidisciplinar. É um projeto ambicioso e visa contribuir para o desenvolvimento do ensino superior no país. Trazemos a dinâmica de uma instituição multidisciplinar que quer estar próxima da sociedade e formar profissionais globais.

Pode explicar?

Espanha e Portugal têm um problema que é extensivo a França e

Itália — um certo desfasamento entre o sistema educativo e o sistema laboral. O ensino tradicional é baseado na docência e na investigação, ao qual, na nossa perspetiva, há que adicionar um terceiro elemento: a componente prática. O jovem vai para a universidade estudar, mas também vai adquirir ferramentas para construir o seu futuro. Nós, privados, podemos contribuir com a visão de um ensino mais prático, mais perto das profissões. Na Alemanha, onde trabalhei, o ensino superior não é melhor do que em Portugal ou em Espanha, mas são muito práticos. Os estudantes fazem uma parte dos estudos nas próprias empresas.

A Universidade Europeia quer afirmar que modelo?

Quando falamos do nosso modelo académico, dizemos sempre: tem que ter uma dimensão intelectual, que é, no fundo, a dimensão mais tradicional do ensino superior, o saber, o investigar, mas também tem que ter uma componente profissional, o saber-fazer. Ao conhecimento e ao saber-fazer, acrescento uma terceira dimensão: construir homens e mulheres do século XXI. Esta dimensão social é extremamente importante face aos problemas da sociedade contemporânea, como o meio ambiente, a desigualdade e a diversidade. Queremos que da nossa Universidade saiam homens e mulheres do seu tempo.



O maior edifício será destinado à Faculdade das Ciências da Saúde, área para a qual reservamos também o maior investimento. Só a dotação académica rondará entre 12 e os 15 milhões de euros

Quanto vão investir para concretizar o plano?

O investimento previsto é de 85 milhões de euros e 95% será realizado na capital.

Quais são as linhas fortes do investimento?

O plano transformacional vai ser desenvolvido nos próximos cinco anos. No âmbito deste plano estamos a solicitar às autoridades portuguesas a possibilidade de uma Escola de Saúde, em que temos grande *expertise*. Num plano mais geral, queremos aumentar o número de cursos que disponibilizamos. Quando falo em aumentar a oferta não me refiro somente às licenciaturas, mas também aos mestrados e à formação para executivos — esse é o primeiro pilar do nosso plano estratégico.

Quais são os outros?

O online é outro pilar da nossa estratégia. Portugal está muito desenvolvido no ensino superior, mas não no ensino online, contrariamente ao que acontece noutros países europeus, nomeadamente em Espanha. A dimensão da oferta neste segmento é muito pequena, quase se resume aos oito mil estudantes da Universidade Aberta. Refiro-me não só à tecnologia, mas também à metodologia usada para as pessoas que voltam à universidade pela segunda ou terceira vez, i.e., profissionais que estando no mercado de trabalho querem ganhar novas competências para prosperar na profissão ou tornarem-se empregáveis noutra área. Não falamos aqui de jovens, mas de trabalhadores e de requalificação profissional. Nas sociedades modernas, o emprego deixou de ser para a vida. Os jovens de hoje mudarão de empresa mais do que uma vez e talvez também de profissão e cada vez que isso acontecer vão ter que se requalificar. Essas pessoas não terão tempo ou mentalidade para ir à faculdade todos os dias de segunda a sexta-feira, pelo que o ensino online vai ser cada vez mais importante.

Qual a vossa oferta online?

Neste ano letivo 2021/2022, a Universidade Europeia Online disponibiliza mais de 20 cursos/formações e conta com mais de 1000 alunos. Mas a nossa ambição é crescer, desenvolver esta vertente no ensino superior e contribuir decisivamente para o upskilling e reskilling da população portuguesa.

Como e onde serão distribuídos os 85 milhões?

O investimento tem duas componentes muito fortes. O edificado, para onde irão cerca de 40 milhões de euros, e a infraestrutura académica, i.e., laboratórios e equipamentos vários, à qual estão destinados 45 milhões. A área da saúde é extremamente importante para nós, mas temos projetos para investir naquilo a que os peritos chamam agora STEAM — Science, Technology, Engineering, Arts and Mathematics (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática).

Falemos do edificado. O que compreende?

A construção de um novo campus, muito mais moderno do que o atual. Só esse campus nos permitirá desenvolver o nosso grande projeto na área da saúde, aumentar a nossa oferta de forma significativa e atrair estudantes estrangeiros.

Onde será o campus?

Estamos direcionados para o Pólo Tecnológico de Lisboa — Lispolis. Neste momento, estamos a trabalhar com vista à obtenção das licenças de construção.

Pensam lançar o concurso ainda este ano?

A resposta é sim, pelo menos, essa é a nossa expectativa. Se houver atrasos não serão da Lispolis nem da nossa capacidade de investir... vamos ver como se comporta a agilidade da administração pública, que tanto em Portugal como em Espanha, não costuma ser célere, antes pelo contrário são muito



burocráticas. Só pedimos rapidez, que é aquilo que as empresas privadas sempre pedem quando lidam com organismos públicos. A construção demora mais ou menos um ano e meio, o que significa que para cumprirmos os prazos definidos temos que estar prontos com as licenças a seguir ao verão.

E quais são?

A nossa estimativa é que o primeiro edifício (o campus terá vários) possa abrir no ano letivo 2024/25.

Onde está a Europeia, neste momento?

Em Lisboa, a Universidade Europeia tem atualmente três campus: o campus de Santos, onde está o IADE, a Quinta do Bom Nome, em Carnide, o nosso maior campus, que fica a 15 minutos a pé da Lispolis e onde temos as Faculdades de Ciências Sociais e Tecnologia e a Faculdade Online e também o IPAM Lisboa; e o campus da Lispolis, também em Carnide e onde,



Foto Cedida

desde 2016, temos um edifício com 1800 m2.

Quando ficará totalmente pronto?

Segundo o plano, entre 2026 ou 2027, o que vai depender da nossa capacidade de crescimento, mas também dos reguladores portugueses de aprovarem os novos cursos. O maior edifício é destinado à Faculdade das Ciências da Saúde, área para a qual reservamos o maior investimento, entre 12 e 15 milhões de euros de dotação académica para laboratórios, equipamento, robôs, simuladores, etc. Temos muita experiência nesta área — fomos a primeira universidade privada com o curso de Medicina em Espanha, na Turquia, em Chipre. Mas o projeto vai depender da aprovação da parte do organismo português, a A3ES que vamos ter que convencer. O regulador defende os interesses do país e dos cidadãos e tem que estar seguro de que o projeto é bom para o

sistema de ensino superior e para a sociedade. Funciona assim em todos os países da Europa.

Quem lidera o projeto em Portugal?

O projeto académico é liderado pela reitora da Universidade Europeia, Hélia Gonçalves Pereira e por Lourdes Martín, diretora executiva da área da saúde da nossa Instituição. Contamos, ainda, com a colaboração valiosa de dois profundos conhecedores do sector da saúde em Portugal, os antigos ministros Maria de Belém Roseira e Adalberto Campos Fernandes. A bordo do projeto está também Carlos Bertrán, que foi diretor geral do grupo em Espanha, no México e na Alemanha e tem grande experiência internacional.

Há anos, a pretensão da Europeia de ter o curso de Medicina foi chumbada.

De facto, há uns anos houve uma primeira consulta, mas nessa altura

não tínhamos capital para investir num projeto tão sério e estratégico, como este. Agora, não pedimos acreditação do curso de Medicina.

Então que autorizações pediram?

Nesta fase submetemos pedidos para lecionar quatro cursos: Biotecnologias da Saúde (licenciatura), Medicina Dentária (mestrado integrado), Ciências Farmacêuticas (mestrado Integrado) e Ciências da Nutrição (licenciatura). Pensamos que temos que demonstrar primeiro que estamos firmemente comprometidos para a melhoria geral do sistema de ensino superior do país, o que passa por desenvolver outros cursos da área da saúde antes de avançarmos para Medicina.

E o IADE? O ensino das Artes vai manter-se onde está?

O IADE está instalado num edifício arrendado em Santos, uma zona de grande pressão urbanística em Lisboa. Ainda nada está defini-

do e todos os cenários estão em aberto, incluindo mantermo-nos aí ou mudarmos para a Lispolis.

O que vai acontecer ao campus de Carnide?

Ainda não sabemos. O campus da Quinta de Bom Nome não é o melhor campus em termos práticos, mas é icónico e muito agradável para os estudantes. Há a possibilidade de construir na Lispolis e conservar o campus da Quinta de Bom Nome para algo específico, porque os dois campi estão perto um do outro — 15 a 20 minutos a pé, 5 minutos de carro, 7 minutos de bicicleta. Tudo dependerá do grau de crescimento que viermos a atingir. Neste momento, todas as opções estão em aberto.

E a infraestrutura online?

O campus virtual dirige-se principalmente a estudantes profissionais, formação executiva e masters, requer muito menos investimento e maiormente já está feito.

Investimos no online para Espanha e Portugal.

A universidade multidisciplinar que vão construir é para internacionalizar?

Naturalmente. Portugal é um país muito, muito interessante para os estudantes europeus, sobretudo para os alemães e os nórdicos, que são muito atraídos pelo sul da Europa. O grau de internacionalização da nossa Universidade em Madrid é muito forte. O nosso campus é frequentado por 42% de estudantes estrangeiros, principalmente europeus. No Europa Education Group mais de 30% dos estudantes são estrangeiros, sobretudo vindos do continente. Nos próximos anos, vamos apostar muito na internacionalização.

Que expressão tem o Europa Education Group?

Estamos em cinco cidades: Madrid, Valência e Tenerife, em Espanha, e Lisboa e Porto em Portugal. Em Setembro vamos abrir na cidade espanhola de Alicante e solicitámos também licença para abrir em Málaga, onde temos já inclusivé terreno cedido pelo município. Estamos a crescer.

As parcerias do tempo do Laureate mantêm-se?

Conservamos os acordos que foram feitos com universidades europeias e norte-americanas. Aliás, na nossa perspetiva, um índice muito apropriado para medir o grau de internacionalização de uma instituição passa por cruzar as duas variáveis: número de estudantes estrangeiros que recebe e número de alunos que tem a estudar fora. Em Espanha este índice é muito alto, em Portugal não.

Portugal é deficitário no alojamento universitário. O vosso projeto abarca esta realidade?

Lisboa é uma cidade muito cara para o nível de rendimento português, o que é um grande problema para quem vem de fora estudar. No nosso campus de Madrid, de 250 mil m2, existem duas residências, que foram construídas e são geridas por um parceiro, que é especialista no ramo. Estamos a falar com ele... Se se concretizar algo do género para Portugal, será um investimento adicional aos 85 milhões.

A vossa expansão implica criação de emprego?

Sim, claramente. Sempre que falamos com autoridades políticas repetimos até à exaustão que o ensino superior é uma indústria moderna, limpa, que ajuda a sociedade e cria emprego estável e de elevada qualificação. No nosso caso, falamos de centenas de postos de trabalho entre professores, investigadores e pessoal administrativo. Temos muita expectativa e ilusão quanto a este investimento. Não vamos substituir nada, queremos complementar e contribuir para elevar a qualidade do ensino superior em Portugal desde a ótica privada que é aquela em que operamos. ■

UNIVERSIDADE-EMPRESA

Politécnico coloca Guarda na rota da investigação e inovação em logística

Laboratório Colaborativo na área da Logística vai juntar investigadores para estudar a rede de circuitos logísticos da região da Guarda e, num horizonte mais vasto, do país. A investigação é a outra face da estratégia do Instituto, que tem vindo a apostar no reforço da oferta formativa nesta área de especialidade.

ALMERINDA ROMEIRA
aromeira@jornaleconomico.pt

A cidade dos três “efes”, a fria, farta e fiel Guarda, no extremo nordeste da serra da Estrela, a meia hora da fronteira de Vilar Formoso, vai ancorar o primeiro porto seco português, que será o núcleo de um ecossistema logístico no meio da Pensínsula Ibérica. O projeto, dizem os responsáveis, reproduzirá no interior e na fronteira com Espanha as mesmas condições de envio e de chegada de mercadorias dos portos do litoral. Promete impulsionar o desenvolvimento da economia da região.

O Politécnico da Guarda está a bordo com ensino e investigação. Peça fundamental da estratégia da instituição presidida por Joaquim Brigas é o Laboratório Colaborativo (CoLAB LogIN), desenvolvido em parceria com empresas e instituições públicas e privadas da área da logística, que se prepara para dar o primeiro passo.

“Iremos formalizar a criação do CoLAB e iniciar atividade durante os próximos dois meses”, revela André Garcia Sá, professor no Politécnico da Guarda e coordenador da candidatura à Fundação da Ciência e Tecnologia, (FCT), que vai financiar a infraestrutura com 1,3 milhões de euros.

No âmbito do projeto, o Politécnico e as empresas e organismos parceiros vão colaborar entre si e estudar em conjunto as redes e os fluxos logísticos da região e do



André Garcia Sá
Professor no Politécnico da Guarda e coordenador da candidatura do CoLAB LogIN à FCT



Joaquim Brigas
Presidente do Instituto Politécnico da Guarda

país. “A inovação a que o CoLAB LogIN se propõe será testada e implementada em diversas infraestruturas físicas que servirão como autênticos laboratórios do CoLAB LogIN”, adianta André Garcia Sá ao JE Universidades. Entre estas contam-se a Parque TiR, a Plataforma Logística, o Terminal ferroviário e o Porto Seco.

Na fase de arranque, o laboratório ficará residente no Politécnico, mas outras instalações poderão vir a ser-lhe afetas, o que dependerá, segundo aquele responsável, da evolução do laboratório relativamente à contratação de recursos humanos e à comercialização de produtos e serviços.

O presidente do Politécnico da Guarda, Joaquim Brigas, tem referido que o Laboratório Colaborativo “irá produzir ciência para a ac-

tividade empresarial de todo o país e, também, fornecer dados e evidência aos decisores públicos para que desenhem políticas que favoreçam o desenvolvimento do interior e do país no seu conjunto”.

Certo é que a infraestrutura colocará o Instituto no mapa das instituições de ensino e investigação em logística que contam. Este é, de resto, o propósito da aposta dos últimos anos que já fez nascer um Curso Técnico Superior Profissional (CTeSP) e, mais recentemente, a pós-graduação em Logística.

O Politécnico da Guarda compromete-se com o levantamento dos recursos humanos deste “cluster” do tecido empresarial, da sua estrutura de serviços e da sua oferta. É um exemplo de como a interioridade pode torna-se uma oportunidade. ■

“É necessário foco e muito trabalho”

André Garcia Sá, professor no Politécnico da Guarda e coordenador da candidatura à Fundação da Ciência e Tecnologia, explica ao JE Universidades o que é preciso para tornar a Guarda um centro nacional e europeu de transferência de inovação na área da logística.

“É necessário foco e muito trabalho para garantirmos a implementação da visão estratégica e da agenda de inovação que foi apresentada na candidatura LogIN e avaliada pela FCT. A definição e concretização das linhas de ação relacionadas com a digitalização dos fluxos logísticos, promoção de uma articulação intermodal mais eficaz, a automação, e outras ações, fazem parte dessa agenda de inovação e irão levar ao desenvolvimento de produtos e serviços que serão comercializados e aplicados a outros sectores”.

INVESTIGAÇÃO

Laboratório de inovação pedagógica nasce na Católica no Porto

ALMERINDA ROMEIRA
aromeira@jornaleconomico.pt

Assenta em dinâmicas de investigação científica e vai responder a problemas concretos. Falamos do Católica Learning Innovation Lab ou Laboratório de Inovação Pedagógica, nascido de uma iniciativa estratégica da Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa no Porto.

“Este laboratório visa constituir-se como um espaço privilegiado para a identificação, experimentação e ensaio de abordagens pedagógicas inovadoras, numa lógica

de colaboração interdisciplinar e de criação de sinergias na comunidade académica”, explica Dina Soares, coordenadora do laboratório, ao JE Universidades.

A interdisciplinaridade é um elemento-chave do laboratório que conta com docentes, investigadores e estudantes de seis unidades académicas da Universidade.

Neste momento, estão já em curso vários projetos envolvendo docentes e estudantes dos campi da UCP: Lisboa, Porto, Braga e Viseu. Dina Soares destaca a “dimensão verdadeiramente nacional e colaborativa entre a sede e os centros regionais, áreas científicas, faculdades



e elementos da comunidade académica”. Um desses projetos denomina-se *Learning for Sustainability: Designing an Innovative Pedagogy for Sustainable Development* e junta todas as faculdades da Católica no Porto. Usa a metodologia *Project-Based Learning* para responder ao problema comum das alterações climáticas. Outro visa o mapeamento das práticas pedagógicas em todos os campi da UCP. O objetivo é desenvolver e validar um inventário de práticas pedagógicas, um instrumento pedagógico inovador, com contributos relevantes para a projeção e implementação de novos modelos de ensino-aprendizagem. ■

FIGURA EM DESTAQUE

António de Sousa Pereira mantém o leme da Universidade do Porto até 2026



Aos 60 anos de idade, António de Sousa Pereira passou com distinção mais uma prova a que se submeteu, mantendo uma folha de serviço público imaculada. Num ato eleitoral muito disputado (havia mais 3 candidatos), realizado há uma semana, o nome do 20.º Reitor foi confirmado à primeira volta para o segundo mandato na Universidade do Porto. Na linha do seu primeiro mandato, António Sousa Pereira propõe-se “prosseguir com a lógica de governação descentralizada, inclusiva e sinérgica”, respeitando “intransigentemente a autonomia das unidades orgânicas de ensino e investigação da Universidade, criando caminhos para a mudança”. O seu plano de ação assenta na proposta de Plano Estratégico da U.Porto 2030 e consubstancia uma visão ambiciosa que tem

como eixo central fazer da U.Porto “uma Universidade de excelência internacional na educação, na formação académica e cívica, na investigação e na inovação, aspirando a ser permanentemente reconhecida como uma instituição sustentável e com impacto na ciência e cultura, na sociedade e economia”. A afirmação deste designio passará, segundo o reitor, pela “internacionalização, transformação digital, cultura e comunicação, e pela valorização dos nossos pilares, desde logo, das pessoas, dos serviços, das infraestruturas e do nosso compromisso social com a comunidade”. Licenciado, mestre e doutor em Medicina pelo ICBAS – Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, foi nesta unidade orgânica da Universidade do Porto que António de Sousa Pereira desenvolveu toda a sua carreira

académica. Aqui prestou provas de agregação na área de Anatomia na viragem do milénio e, mais tarde, já professor catedrático foi eleito diretor, função que desempenhou até à eleição como reitor da U.Porto em 2018. Nas vasta lista das suas responsabilidades atuais, contam-se o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), a que preside, e o Conselho Consultivo da Entidade Reguladora da Saúde, onde exerce a mesma função. É também vice-presidente do conselho estratégico do IPO do Porto, membro do conselho estratégico do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho e embaixador da Fundação BIAL. Este médico humanista empenhado em quebrar fronteiras e deitar as paredes abaixo, nasceu a 17 de outubro de 1961, em Ramalde, na cidade Invicta. **AR**

Breves

Aluno do IPVC vence prémio internacional Green Product Award



João Mendes, ex-aluno do Mestrado em Design Integrado da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, recebe no próximo dia 19, na cidade alemã de Munique, o Green Product Award. “Não estava nada à espera e quando vi o e-mail fiquei muito feliz. Quando não estamos a contar é quando sabe melhor!”, confessa, lembrando que se inscreveu “sem grandes expectativas”.

O certo é que a garrafa em forma de orca, que desenvolveu no âmbito do projeto Refill H2O, se destacou e venceu uma das categorias do Green Product Award. Esta conquista abre-lhe novas perspectivas. “Pode ser que o prémio sensibilize os investidores a apostar na garrafa e que se consiga implementar”. João Mendes tem mais um argumento de peso para esgrimir: a Smartbottle Refill_H2O, saltou as fronteiras do Politécnico de Viana do Castelo e é agora um produto com valor internacional.

Escola de Saúde Pública da Universidade NOVA elege direção

Sónia Dias foi eleita diretora da Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa. Docente da Escola desde 2018, tem centrado a sua investigação nas áreas da saúde comunitária e da promoção da saúde. Atualmente, coordena o Centro de Investigação em Saúde Pública e o Grupo NOVA Migration and health, da NOVA Saúde.

Paulo Santos à frente do Instituto de Engenharia da UAlg

O novo diretor do Instituto Superior de Engenharia da Universidade do Algarve, Paulo Santos tomou posse esta quarta-feira, no campus da Penha, em Faro. A Engenharia na UAlg celebra 34 anos e a formação de cerca de cinco mil engenheiros em todos os ciclos de estudo.

POLITÉCNICO DE LISBOA

Escola Superior de Educação tem nova liderança

ALMERINDA ROMEIRA
aromeira@jornaleconomico.pt

Paulo Morais-Alexandre, doutorado em História de Arte, até aqui pró-presidente para as Artes do Politécnico de Lisboa, vai conduzir os destinos da Escola Superior de Educação de Lisboa, até 2025. Da sua equipa fazem parte: Carla Rocha e Cátia Rijo, vice-presidentes, e Dalila Lino e Jorge Bárrrios, assessores.

O novo presidente, que foi eleito com um programa assente nas pessoas, nos serviços e na qualidade da escola, promete “unir a Escola e trabalhar no sentido de a melhorar, pensar o futuro e reposicionar a instituição”.

A Escola Superior de Educação de Lisboa na sua fórmula atual



Foto Celeda

existe desde 1985, mas as suas raízes remontam à Escola Normal Primária de Lisboa, criada em 1862. É um estabelecimento icónico, tendo formado dezenas de gerações de professores.

A formação de professores é, aliás, um dos principais desafios que o país enfrenta devido ao envelhecimento do corpo docente. E Paulo Morais-Alexandre promete trabalhar com as entidades competentes para responder às necessidades de formação existentes.

Na cerimónia de passagem de testemunho, Elmano Margato, presidente do Politécnico de Lisboa, a cujo universo a Escola pertence, formulou votos que a nova equipa “saiba ouvir, ponderar e decidir com justiça, nomeadamente, no que diz respeito ao relacionamento com os estudantes”. ■

UNIVERSIDADE-EMPRESA

IPLeiaira impulsiona criação de cluster de produção de jogos digitais

O Politécnico de Leiria associou-se ao movimento Digital Valley no propósito de contribuir para afirmar Portugal no mundo dos videojogos. A sua formação é uma referência na especialidade.

ALMERINDA ROMEIRA
aromeira@jornaleconomico.pt

A empresa Miniclip fala português. Jogos como Conan Exiles e Dakar foram, em parte, desenvolvidos por estúdios nacionais. São apenas dois exemplos, mas dão uma ideia da importância dos videojogos para Portugal. O país está no mapa internacional da indústria, mas quer mais e o Politécnico de Leiria diz “presente”.

“Temos bons cursos de videojogos em Portugal e formamos excelentes profissionais. Haver um cluster nacional irá catapultar o país para outro nível”, afirma Gustavo Reis, coordenador da licenciatura em Jogos Digitais e Multimédia, do Instituto Politécnico de Leiria, ao JE Universidades.

O cluster está em construção e o Politécnico acaba de apanhar o comboio do movimento Digital Valley, responsável por promover a ligação entre as entidades que contribuem para a dinamização e o crescimento da indústria de jogos digitais no país. A Futurália foi o local escolhido para a assinatura do protocolo de adesão: Rui Pedrosa assinou pelo IPLeiaira de que é presidente, Gorete Lopes, diretora executiva, pela Digital Valley e Carlos Mora, administrador da criado pela Techframe.

A existência do cluster de jogos digitais abre caminhos para todos, na medida em que faz aumentar a visibilidade e o acesso a linhas de apoio e a redes de investimento nacionais e internacionais e estimula a cooperação e colaboração entre unidades de formação e empresas. Todos juntos serão mais fortes para agarrar as oportunidades no mundo global.



O curso

A Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG), do Politécnico de Leiria, oferece desde 2014 a licenciatura em Jogos Digitais e Multimédia, que visa formar profissionais para as áreas dos videojogos e da produção multimédia. Com este curso, os diplomados terão competências para trabalhar nas diversas fases de construção de um jogo digital (conceção, programação, criação artística, quality assurance), assim como em outros tipos de produção multimédia (software interativo, aplicações web, aplicações móveis, entre outros). Como saídas profissionais da licenciatura em Jogos Digitais e Multimédia destacam-se game designer, programador de jogos, artista 2D/3D, game tester e técnico de multimédia.

Além do IPLeiaira podem ter voz neste movimento todas as instituições que, de uma forma ou de outra, tenham cursos relacionados com o desenvolvimento de videojogos, desde os mais virados para a arte (ilustração, modelação 3D, animação, etc.) até aos cursos mais vocacionados para a programação.

Gustavo Reis destaca o contributo do IPLeiaira e da formação que ministra. “Nós já temos o curso de licenciatura em Jogos Digitais e Multimédia, que há alguns anos foi tornado internacional e que se chama atualmente *Undergraduate in Games and Multimedia*”.

A aceitação do curso mede-se pela procura, que continua a aumentar, e pelos resultados obtidos pelos seus alunos em concursos internacionais onde somam prémios atrás de prémios. Na Nordic Game

Discovery Contest foram três vezes selecionados como tendo o melhor português e, mais tarde, representaram na Suécia as cores verde e rubro, disputando o prémio do melhor jogo europeu. Ao palmarés, há que somar os PlayStation Talents, onde os estudantes do IPLeiaira têm obtido prémios.

Na última edição, por exemplo, foram particularmente bem sucedidos. “Arrecadámos um total de seis prémios, incluindo o prémio principal”, orgulha-se Gustavo Reis, de olhos postos na dimensão do mercado e nas oportunidades que este gera em termos de criação de riqueza e emprego. “A nível global, a indústria dos videojogos gera mais dinheiro que a indústria da música e do cinema juntas. Uma aposta neste setor só trará vantagens”, salienta. ■

CIÊNCIA

Projeto da UC quer ajudar a combater a má nutrição no mundo

ALMERINDA ROMEIRA
aromeira@jornaleconomico.pt

Licínio Ferreira, professor na Faculdade de Ciências e Tecnologia e investigador no Centro de Investigação em Engenharia dos Processos Químicos e dos Produtos da Floresta da Universidade de Coimbra, nasceu em Angola e conhece de perto o flagelo da desnutrição infantil no país, ponta de um iceberg que atinge 8,9% da população mundial, segundo a FAO.

O investigador está determinado a combatê-lo. O projeto, que lidera, “MORfood - Microencapsulação de extratos de Moringa oleifera e sua aplicação em alimentos funcionais” foca-se em produzir microcápsulas ricas em compostos bioativos extraídos de moringa oleifera, conhecida como a planta da vida, que serão incorporadas em determinados alimentos (pão, iogurtes e sumos) para crianças em idade escolar, entre os 4 e 10 anos.

O projeto tem a duração de três anos, um financiamento de cerca



de 230 mil euros das Fundações Aga Khan e FCT e envolve uma equipa multidisciplinar da Universidade de Coimbra, investigadores da Faculdade de Engenharia da U.Porto e da Universidade Agostinho Neto, em Angola.

Se o projeto alcançar os resultados esperados, a equipa tenciona estabelecer uma parceria com a UNICEF, de modo a que os alimentos enriquecidos com extratos de moringa possam chegar a um maior número de países em vias de desenvolvimento. ■

Breves

Católica em Lisboa e firma PLMJ criam Cátedra em Law & Technology



A Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, a Católica Global School of Law e a Sociedade de Advogados PLMJ estabeleceram um protocolo que visa reforçar a colaboração entre as envolvidas, aproximando o ensino académico da advocacia. No âmbito do acordo destaca-se a abertura da PLMJ Chair in Law & Technology, que prevê a contratação de um docente e investigador internacional nesta área e vai reforçar o corpo docente de referência da Faculdade. A parceria compreende, ainda, a continuação do patrocínio de programas conferentes de grau, em particular o Mestrado em Direito Fiscal, assim como o apoio à investigação jurídica desenvolvida pelo Centro de Investigação da Faculdade de Direito da UCP.

Documentário sobre refugiados nasce em projeto da Univ. de Coimbra

My heart is there, my body is here (O meu coração está lá, o meu corpo está aqui) retrata o acolhimento e integração de refugiados. A coprodução resulta do projeto TEACHmi do Observatório da Cidadania e Intervenção Social da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, envolve a cooperativa Propella e foi rodada por Pedro Cruz e João Doce.

Instituto do Desporto atribui Bandeira da Ética ao IPLeiaira

A secção de Motricidade Humana do Departamento de Motricidade Humana e Linguagens Artísticas da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Politécnico de Leiria foi distinguida pelo Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) com a Bandeira da Ética. A instituição passa, assim, a pertencer a uma comunidade de instituições comprometidas com a ética no desporto e reconhecidas pelo trabalho que desenvolvem neste âmbito.